

O DEBATE POLÍTICO NO BRASIL DE 2014: AS PERGUNTAS NA CONSTRUÇÃO DO DISCURSO POLÊMICO

THE POLITICAL DEBATE IN BRAZIL 2014: QUESTIONS IN CONSTRUCTION OF CONTROVERSIAL SPEECH

Priscila Caxilé Soares¹

Larisse Carvalho de Oliveira²

Maria de Fátima Sousa Lopes³

Resumo: *O presente artigo tem como objetivo analisar os aspectos que marcam a polêmica do debate político televisivo, através das perguntas dirigidas pelos candidatos, como formas de defesa e de provocação do adversário. Focalizamos nossa pesquisa apenas em alguns aspectos como a desqualificação do discurso alheio e a formação da imagem adversária. Pautaremos nosso estudo, principalmente, em certas definições filosóficas e discursivas, de autores como Foucault (1972) e Maingueneau (1997; 2008), bem como nos processos de pressuposição e implicitude da Pragmática orientados para a (des) qualificação dos (inter) locutores. A análise dos dados nos permitiu concluir que foram utilizados pelos candidatos o discurso desqualificador e a imputação de uma imagem negativa entre ambos.*

Palavras-chave: *Debate político; Formação discursiva; Discurso polêmico.*

Abstract: *This article aims to analyze the aspects that mark the controversy of televised political debate through the questions directed to the candidates, as ways of defense and provocation by the enemy. We focus our research in some aspects such as the disqualification of other people's speech and the formation of the opposing image. Therefore, this study is guided, especially, in certain philosophical and discursive definitions by authors like Foucault (1972) and Maingueneau (1997; 2008) and the assumption of processes and implicitness of Pragmatics, oriented to the (dis) qualifications of (inter) announcers. Data analysis allowed us to conclude that the discourse used by the candidates was disqualifying and imputating of a negative image of both.*

Keywords: *Political debate; Discursive formation; Controversial speech.*

Introdução

Sabe-se que a análise dos processos de inter cruzamentos entre o campo midiático e o político pode assumir diversos cursos e perspectivas. Destarte, pretendemos restringir nosso campo analítico ao processo de desenvolvimento conversacional do debate presidencial televisivo, no qual se encontram as perguntas, como ponto de partida estratégica para a construção polêmica, em torno das formações discursivas as quais pertencem os sujeitos

¹ Docente de Língua Portuguesa da Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Mestra em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, Brasil, e-mail: priscilacaxile@yahoo.com.br.

² Docente de Língua Inglesa da Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Mestra em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, Brasil, e-mail: larisse_carvalhodeoliveira@hotmail.com.

³ Docente de Língua Portuguesa da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza. Mestra em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, Brasil, e-mail: fatimalopess@yahoo.com.br.

debatedores e que com elas se comprometem. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar os aspectos que marcam a polêmica do debate político televisivo, através das perguntas dirigidas pelos candidatos, como formas de defesa e de provocação do adversário.

Sabemos que o ritual do debate político se caracteriza pela configuração de um espaço de conflitos, lutas e tensões ideológicas, que buscam levar os eleitores à adesão alternativa de um dos presidencialistas por meio de sua imagem de “bom candidato” a ser construída ou confirmada no embate discursivo.

O *corpus* empírico da análise abrangeu o debate ocorrido na televisão, no canal SBT, no período de dezesseis de outubro de 2014, durante a campanha eleitoral do segundo turno, entre os candidatos Aécio Neves e Dilma Rousseff, numa época de grande indefinição da preferência do eleitorado brasileiro.

Como problemática para a produção deste estudo, apresentamos o seguinte questionamento: de que forma as formulações discursivas, centralizadas nas perguntas dos debatedores, favorecem a polêmica, em prol das *performances* de suas FDs no debate?

Em termos teóricos, recorreremos, principalmente, aos conceitos da Análise do Discurso de autores como Foucault (1972) e Maingueneau (1997; 2008), bem como buscaremos apoio nos processos de pressuposição e implicitude da Pragmática, orientados para a (des) qualificação dos (inter) locutores.

1 O *corpus*

Tomando a classificação de Gil (2008) e Lakatos & Marconi (2003), podemos incluir nossos estudos no campo das pesquisas bibliográficas. Assim, ao longo deste trabalho analisaremos um debate televisivo, transmitido pelo canal SBT, no período de dezesseis de outubro de 2014, durante a campanha eleitoral do segundo turno, entre os candidatos Aécio Neves e Dilma Rousseff, numa época de grande indefinição da preferência do eleitorado brasileiro.

O *corpus* analisado por nós faz parte de um gênero impar. Como atestado por Dolz e Schneuwly (1998), esse gênero utiliza-se de uma estrutura retórica argumentativa para expor, e também, defender o que é proposto pelo seu enunciador.

Geralmente, em debates políticos há embates ideológicos entre candidatos de partidos contrários, que por vezes têm um histórico de ‘duelos’. Um exemplo disso seria os famosos debates ocorridos em eleições passadas para presidencialistas (2002, 2006, 2010, 2014) entre

candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

É típico dos debates televisionados a presença de um mediador, que limita o tempo de cada participante – em nosso caso, cada presidenciável, e que estabelece as regras a serem cumpridas em todo o desenrolar-se desse evento comunicativo.

Primeiramente, as regras são expostas, aos candidatos são feitas perguntas sobre as suas propostas de campanha, eles têm um tempo fixado para desenvolver a resposta e devem se ater a este. Em seguida, geralmente, outro candidato comenta a resposta do primeiro, as vezes fazendo críticas, defamações ou outros questionamentos – é o que em alguns debates é chamado de réplica. Logo após, o primeiro candidato tem o direito a tréplica, como uma forma de fechamento e defesa de sua ideia principal.

A prática de expor candidatos em confronto com seus adversários é concebida com normalidade no Brasil, ocorrendo em todas as eleições, na esfera municipal, estadual e federal.

Na seção seguinte tratamos da construção dos sentidos de formação discursiva que trarão à luz o que foi enunciado no debate citado.

2 A construção dos sentidos através das formações discursivas

Na conjuntura brasileira, em meio à plena campanha presidencial em efervescência, o debate entre os presidenciáveis, mais precisamente os do segundo turno da campanha, Aécio Neves e Dilma Rousseff, trouxe à tona os conflitos de visões daquilo que tange à realidade brasileira em termos de educação, saúde, segurança pública e outros temas abordados durante o debate, na qualidade de gênero de discurso televisivo, transmitido pelo canal SBT, ao vivo, em outubro de 2014. Isto representa duas veementes construções argumentativas que se aplicam à “discussão” da conjuntura atual do país, cada qual com sua promessa de verdade, a partir de duas formações discursivas oponentes: a de Aécio Neves - ex-governador do estado de Minas Gerais, atual senador e candidato do partido de direita, dos tucanos (PSDB) - e a de Dilma Rousseff, atual presidente do Brasil e candidata a reeleição, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Assim sendo, nosso objeto de análise recai sobre como a formulação das perguntas que cada candidato fez um ao outro atua estrategicamente, na construção polêmica das respectivas formações discursivas (FDs). Para tanto, deveremos refletir, mesmo que

brevemente, sobre a formação discursiva, sua origem e como age entre os sujeitos, de forma a determinar o discurso polêmico, o qual será discutido como escopo deste trabalho.

Inicialmente, a conceituação de “formação discursiva” será explanada conforme Foucault (1972, p. 153): “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa”. Esta definição adveio da necessidade, segundo o autor, de identificar e selecionar os discursos – os quais, em sua generalidade, seriam dispersos, não formariam uma unidade – para que constituíssem certo caráter de homogeneidade. Em outras palavras, afirma o filósofo que os discursos são recortes de princípios de classificação tradicionais, que precisariam ser reelaborados, tais como a unidade de um livro ou de uma obra. Isto porque encontramos, em princípio, uma dispersão de acontecimentos, de tal modo que as enunciações se ligam a outras que já foram ditas, construindo um campo indefinido e complexo de discursos. Deste modo, afirma o autor:

Antes de se ocupar, com toda certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor ou mesmo de um livro, o material que temos de tratar em sua neutralidade primeira é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral” (cf. FOUCAULT, 1972, p. 38)

Partindo disso, Foucault (1972) estabelece a FD como um sistema que restringe aquilo que pode e deve ser dito a partir de um determinado lugar social. Com isso, temos que a formação discursiva marca a passagem de tal dispersão dos discursos para as “regularidades”, que são “regras de formação”, na condição de mecanismos de controle que possibilitam determinar o que pertence e o que não pertence a uma formação discursiva.

Iremos mostrar, aqui, a relação de forte oposição ideológica entre os debatedores; no entanto, poderiam ser reveladas posições diferentes além de antagonismo, caso fossem analisadas certas relações, como a de um candidato representante da ideologia de um partido, com o qual certos grupos de eleitores poderiam se identificar, como, por exemplo, os da classe social da alta burguesia, ou então os da classe baixa.

Em decorrência disso, os sentidos das palavras, expressões, frases, não são dados *a priori* nos discursos; mas advêm das formações discursivas em que se inscrevem os enunciadores. Por isso é que uma mesma palavra ou enunciado podem ter sentidos diferentes,

caso se filiem a formações discursivas diferentes. É o caso ilustrativo do sentido da palavra “abertura”, que, no campo político, é diferente para os que estão no poder e para a “oposição”.

É preciso ainda acrescentar a essa afirmação que os interlocutores, a situação, o contexto histórico-social, ideológico, enfim, as condições de produção constituem o sentido da sequência verbal produzida, não sendo, pois, meros complementos extrínsecos às enunciações. Neste sentido, faz-se uma crítica contundente aos estudos do formalismo na Linguística, os quais são tidos como abstratos, amorfos, por examinarem apenas os sentidos das sequências verbais sem apelar aos contextos reais de interação social, os quais são reivindicados pela AD.

Nesta perspectiva, todos enunciam a partir de posições sociohistoricamente constituídas, como no caso do debate presidencial em questão, no qual os candidatos falam a partir de várias posições enunciativas como gestores de mandatos, como políticos de um partido, de uma frente, de situação e de oposição, e com isso se trava toda uma relação com o que se pode e deve dizer nesses contextos, consoante poderemos comprovar adiante em nossa análise. Portanto, segundo Possenti (2004), o que confere o estatuto de sentido são as posições ideológicas e as relações entre o que se diz e o que já foi dito da mesma posição, considerando, eventualmente, ou em geral, que ela se opõe a uma que lhe seja contrária. Possenti (2004) afirma que a análise discursiva dará mais relevo ao que em um evento se repete do que àquilo que é característico da circunstância. O autor mostra como exemplo o fato de que é mais relevante observar segundo que posição um deputado fala de *liberdade* ou de *desenvolvimento*, do que considerar o fato de que ele se dirige a seus interlocutores em um cenário x. Por essa razão será de suma importância analisarmos como as posições políticas conflitantes dos dois candidatos à presidência da República podem transformar os sentidos, na medida em que cada um demonstra expectativas, intenções, crenças e versões divergentes, no que tange às suas próprias capacidades administrativas e às do outro, assim como à estrutura socioeconômica do país, especialmente nos últimos quatro anos (ou nos últimos doze anos, desde que o partido do PT elegeu dois dirigentes do país, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff).

Todavia, dizer que cada discurso tem sua vertente ideológica que lhe é inerente, não basta para esclarecer a origem e o funcionamento de uma FD, já que precisamos ir além da simples explicação de discursos como blocos únicos e separados em relação a outros distintos, haja vista o discurso machista x o discurso feminista, o discurso socialista x capitalista etc. Mais do que isso, esta relação entre discursos é característica constitutiva de todo e qualquer

discurso. Em outros termos, para que o sentido de um discurso exista, é fundamental a sua associação com outros dizeres “exteriores”, numa relação de *interdiscurso*. Isto quer dizer que uma enunciação não existe sozinha, num vácuo; para que haja o discurso político Socialista, por exemplo, o Capitalista é incorporado como seu Outro intrinsecamente. Explica Maingueneau (1997) que tal caráter interdiscursivo da formação discursiva surge, uma vez que ela é um domínio “inconsistente”, instável, e não uma projeção cristalizada da “visão de mundo” de grupos sociais. De forma geral, toda FD é agregada a uma *memória discursiva*, constituída de formulações que repetem, recusam e transformam outras formulações, pois toda FD se apoia em elementos discursivos alhures que lhes convenham, à proporção que busca se afastar, apagando ou reformulando as vozes de certos discursos com ela discordantes. Porém, a ‘memória’ discursiva de que se trata não é de natureza psicológica, e sim histórica, proveniente das enunciações proferidas ou manifestadas em uma formação social, ou ainda, em determinada conjuntura sociocultural e econômica.

Assim se pode dizer que todo discurso mantém uma relação essencial com os elementos *pré-construídos*, i.e., produzidos pelos discursos anteriores a eles, situando-os sempre na esfera de um ‘já-dito’, da mesma forma pela qual se associa a enunciações posteriores que são antecipadas pelo discurso. Maingueneau (1997, p. 116) faz a seguinte observação: “Este último domínio [das enunciações posteriores] conseqüentemente tornou-se necessário porque “se o discurso *já existe sempre*, pode-se acrescentar que ele existirá *sempre ainda*” e que as formulações discursivas consideram esta dimensão.”

Neste sentido, Maingueneau (2008) assevera que todo enunciado possui caráter polêmico em sua constituição, uma vez sendo originário de um movimento dialógico com discursos outros; porém, a noção que desejamos abordar aqui se refere à polêmica em sentido restrito: ao fato de que se faz uma interpelação de um discurso oposto, criando situações irreversíveis ao provocar numerosos encadeamentos de enunciações novas.

Doravante, manteremos nossa atenção sobre a identidade de uma FD construída interdiscursivamente, pois é dela que descendem as discussões em torno do discurso polêmico, nosso objeto de interesse neste trabalho, do qual falaremos no próximo item.

3 Características do discurso polêmico

Entendendo-se, pois, que um enunciado não remete apenas a uma formação discursiva, mas à interação entre várias FDs, diremos que o discurso polêmico, especificamente no

gênero debate político, representa um confronto explícito de ideologias incompatíveis, numa espécie de não aceitação, ou ainda, de interpretação negativa das palavras do outro, colocando-se em questão a apropriação da significação das palavras por parte do sujeito oponente.

Maingueneau (2008) justifica que há discursos cuja semântica exige, em sua essência, um sentido plural dos discursos, ao passo que outros só podem funcionar reivindicando para si o monopólio da legitimidade, o que, em princípio, é peculiar ao campo da política. Nestas condições, a polêmica assim se instala na coexistência de duas FDs em situação de divergência, num mesmo espaço discursivo. Portanto, no caso das falas dos candidatos à Presidente, o principal propósito é anular, desqualificar o discurso do adversário.

A polêmica funciona, deste modo, como um tipo específico de discurso, o qual também é descrito por Orlandi (1988). A autora sugere uma tipologia dos discursos baseada nos critérios de interação (reversibilidade, troca de papéis ou estatutos entre os interactantes) e relação de sentidos (polissemia e paráfrase), estabelecendo, assim, o tipo de *discurso polêmico*, como exposto abaixo:

O discurso polêmico é o que apresenta um equilíbrio tenso entre polissemia e paráfrase [...], em que o objeto do discurso não está obscurecido pelo dizer, mas é direcionado pela disputa [...] entre os interlocutores, havendo assim a possibilidade de mais de um sentido: a polissemia é controlada. (ORLANDI, 1996, p 24)

Já Maingueneau (2008) trata desta polissemia como uma espécie de “tradução” ou passagem de uma ‘interpretação’ a outra de um ‘mesmo’ enunciado, de sorte que nisto se revela uma interincompreensão generalizada, que, segundo o autor, é a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas heterogêneas.

Maingueneau (2008) aponta para a manifestação de um conjunto de semas repartidos em dois polos da polêmica: de um lado, os semas “positivos” de um enunciado, reivindicados; de outro, os semas “negativos”, rejeitados de seu contrário. Isto leva a entender que um enunciado de uma formação discursiva pode ser lido em seu “direito” e em seu “avesso”: em uma face se mostra aquilo que pertence a seu próprio discurso, na outra, marca-se a distância constitutiva que o separa de um ou vários enunciados decorrentes de diferentes FDs.

Por conta disso, o que cada lado de um discurso procura demonstrar é a fragilidade contida no discurso de seu Outro. Conforme completa Maingueneau (2008, p. 110): “Polemizar é, sobretudo, apanhar publicamente em erro, colocar o adversário em situação de

infração em relação a uma Lei que se impõe como incontestável”, ao se dizer que ele violaria as regras do jogo (seja mentindo, produzindo falsas informações, sendo incompetente etc.). Por esse caminho, ameaça-se tirar do enunciador seu direito à palavra, independentemente de seu conteúdo.

Com tal controvérsia em dois terrenos simultâneos, segundo Maingueneau (2008), em meio aos ataques e defesas do enunciador, devem ocorrer duas séries de escolhas:

- a) No conjunto de enunciados que lhe são pronunciados, o discurso responde aos que lhes pareçam mais ameaçadores;
- b) No emaranhado considerável de enunciados não polêmicos do Outro, o discurso próprio define alguns pontos de ataque. As ameaças virtuais que o discurso percebe só existem face ao ângulo sob o qual é construído seu universo discursivo.

Em nosso artigo, verificaremos os aspectos que marcam a polêmica do debate político televisivo, através das perguntas dirigidas pelos candidatos, como formas de defesa e de provocação do adversário. Entretanto, em virtude da complexidade deste tipo discursivo, focalizaremos apenas alguns aspectos.

Assim sendo, no ato de desqualificação do discurso alheio, a observação da imagem adversária é um traço importante, sobre o qual comentaremos no item a seguir.

4 As figuras do “bom candidato”, do adversário e a do eleitor

Neste direcionamento, Brandão (1994) assevera que o funcionamento de uma polêmica deve ser entendido como uma troca de subjetividades que se manifesta por ocasião de uma lógica do imaginário em que os interlocutores articulam representações recíprocas (do outro e de si mesmo). Todavia, lembremos que toda essa relação opositiva entre ambos os candidatos é uma disputa em prol de garantir o voto dos cidadãos. Neste mesmo sentido, é que podemos compreender a análise da argumentação política em Osakabe (1999), o qual extrai seu dizer da teorização de Pêcheux sobre as formações imaginárias⁴. Ao analisar a imagem do *locutor político*, Osakabe (1999) se refere, dentre outras coisas, ao pressuposto da imagem que o ouvinte tem do locutor em sua *função política* ou *função pública*. E apregoa que a melhor forma de se saber qual a imagem que o locutor político pensa que o ouvinte faz dele é a de tentar entender a respeito de quais imagens, enquanto candidato, o locutor insiste

⁴ As formações imaginárias, segundo Pêcheux (1969, apud BRANDÃO, 2002), consistem nas imagens projetadas entre os interlocutores, no tocante aos lugares determinados na estrutura de uma formação social, designando-se o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmo e ao outro.

em atender, “isso porque é na insistência em atender a essa imagem que se pode explicitar essa própria imagem” (cf. OSAKABE, 1999, p.82), a qual não é o que se pensa dele como sujeito individual, mas sim uma função que se assume perante esse mesmo ouvinte.

Para tanto, o candidato busca enquadrar seu discurso como legitimado por valores morais que supõe serem aceitos e valorizados pelo ouvinte eleitor - cuja imagem para o locutor é a de *dominado*, por sua aparente inércia, pois este não tem a tomada da palavra quando aquele se pronuncia no momento de um debate, por exemplo- e terá o intento de que suas “qualidades positivas, impregnadas do Bem” ocultem as virtudes do candidato oposto, enquanto “personificação do Mal”. Por outro lado, Osakabe (1999, p.91) ressalta como a posição do eleitor, de certa forma, é ambígua em meio à polêmica, embora o candidato com ele se articule, para persuadi-lo:

O ouvinte é considerado na sua permeabilidade ou em sua sintonia com a própria imagem assumida pelo locutor. A imagem contrária à sua o locutor atribui a uma terceira pessoa (no caso, todo adversário) (...) o ouvinte tem um papel duplo para o locutor, à medida que ele é não só a instância que o ouve, mas também a instância que ouve o adversário; enquanto instância que o ouve, o ouvinte se caracteriza como parceiro político, o que não justificaria o discurso, mas enquanto aquele que pode ouvir o adversário, ele é, ao mesmo tempo, portador de uma imagem contrária, mas, por não ser o adversário, é um possível aliado. (OSAKABE, 1999, p. 91)

Seguiremos apresentando um pouco sobre o contexto em que se realizaram as eleições durante o segundo turno.

5 O contexto das eleições de 2014, no segundo turno, para presidência da república

Nas eleições de 2014 a candidata reeleita para assumir a presidência da república fora a atual presidente Dilma Rousseff do PT. As eleições tomaram um cunho polêmico, principalmente, no segundo turno, pois os resultados das pesquisas antes do resultado final mostravam um empate técnico entre os dois candidatos e, além disso, a disputa se deu entre dois candidatos que representavam os dois maiores partidos do Brasil, PT e PSDB.

Os principais órgãos responsáveis por pesquisas eleitorais como Vox Populi, Data Folha e Ibope mostravam uma porcentagem acirradíssima entre os dois candidatos um dia antes das eleições, 52% de intenções de voto para Dilma Rousseff e 48% para Aécio Neves. Além do empate técnico que colaborava para uma disputa conflituosa, ainda tivemos um fenômeno ocorrido, nestas eleições, que foi a disputa entre os eleitores de cada candidato,

discursos polêmicos tomaram conta das redes sociais e uma linha divisória se formou no Brasil. Todo este contexto, principalmente, entre os candidatos, proporcionou para que se formasse uma cenografia conflituosa em que vários comentários advindos das falas de eleitores e da mídia chegassem aos debates, inclusive, nas perguntas que eram feitas de um candidato para o outro.

A própria posição que os candidatos tomavam durante os debates corroborou também essa polêmica. Ao longo dos debates observou-se que não havia mais aquela intenção de mostrar propostas, mas de mostrar fortemente suas oposições a partir de denúncias feitas um ao outro, além de uma postura que, muitas vezes, distanciava-se da imagem de um candidato à presidência da república, pois algumas vezes as acusações eram sobre a vida pessoal do outro candidato o que colaborava para desqualificação da fala do adversário diante do público, mas que contribuía para derrubar os argumentos do “outro”.

Então, tendo em vista os conceitos apresentados, seguiremos agora com a análise do corpus do discurso polêmico no debate político, o qual será centralizado nas perguntas dos candidatos, como ponto de partida para a instauração da polêmica, em torno das defesas das FDs de cada debatedor.

6 Análise das perguntas do debate televisivo “quando perguntar ofende”

A polêmica em seu sentido restrito se manifesta em todo debate político, todavia ela já antecedia dias antes do debate quando os principais as pesquisas de opinião já apontavam para um empate técnico de votos. Pautaremos nossa análise nas perguntas feitas entre os adversários durante o debate.

Primeiramente, deixemos claro algumas regras utilizadas pelo emissora a qual transmitiu o debate, SBT. As regras eram as seguintes: os candidatos elaboraram perguntas com temas livres e estas deveriam ser formuladas no tempo de um minuto, os candidatos tinham dois minutos para resposta, um minuto para réplica e um minuto para tréplica. O debate é constituído de três blocos e em cada um destes são realizadas quatro perguntas, duas advindas de cada candidato, a pergunta inicial de cada bloco é feita pelo candidato que for sorteado, depois as perguntas que se seguem são alternadas, assim cada candidato realiza duas perguntas a seu adversário. Ao final totalizam-se doze perguntas.

A introdução das perguntas elaboradas por cada candidato é o momento no qual se evidencia mais o discurso polêmico. Na primeira pergunta do primeiro bloco realizada pelo

candidato Aécio Neves à candidata Dilma Rousseff, percebemos o início de um duelo na frase inicial que denota uma crítica e a construção de uma imagem negativa da candidata e atual presidente ao dizer:

(i) Aécio: Candidata, pelo visto a senhora quer fazer nos próximos quatro anos tudo aquilo que não fez nos últimos quatro anos.

A desqualificação da candidata por parte do seu adversário continua quando é lançada a pergunta:

(ii) Aécio: A senhora sempre diz que não sabe de nada e não tem responsabilidade sobre isso. De quem é a responsabilidade de tantos desvios de verbas públicas na Petrobrás?

Percebemos que o candidato ao afirmar que “A senhora sempre diz que não sabe de nada” e “não tem responsabilidade” faz uma transformação negativa do discurso da candidata. A transformação negativa é o procedimento que implica não só no uso do advérbio “não”, mas também de temas e expressões carregadas de uma carga semântica negativa e valores desqualificadores. Na primeira assertiva, a afirmação do candidato lembra o comentário de Souza Santos (1996, p.105), quando se coloca “Como se pode, hoje, afirmar sem ser cúmplice, criticar sem desertar?” Vê-se que a afirmação do candidato foi envolta de uma crítica direta a candidata da oposição.

A pergunta seguinte, feita pela candidata Dilma Rousseff, interpela o adversário sobre sua posição e de seu partido, PSDB, em relação ao ENEM, PROUNI e outros projetos que foram elaborados para o acesso à educação superior, criados pelo atual governo:

(iii) Dilma: Vocês foram contra, é claro, ao PROUNI, foram contra, também, as escolas técnicas federais, mas eu gostaria muito de saber por que vocês sempre torceram contra, esse que é dos programas mais importantes, hoje, porque garante acesso democrático, na minha época, a gente tinha de viajar de avião para fazer o vestibular, hoje, não precisa, entra na internet e faz o concurso.

O concurso ENEM e os outros programas citados pela candidata são vistos como exemplos positivos que o governo petista desenvolveu ao longo de seus governos e neste momento a candidata utiliza-se de um artifício que fora utilizado durante toda sua campanha em seus discursos, que é o de instigar no eleitor a ideia de que se o seu adversário for eleito ele não irá continuar com estes programas “*Vocês foram contra, é claro*”. Além disso, supõe-se que Aécio Neves é contrário a questão da universalização do ensino superior no país, o que corrobora para a desqualificação do discurso do candidato, que não terá como prioridade o que é considerado basilar para o desenvolvimento de qualquer nação, a educação.

A terceira pergunta feita por Aécio Neves reitera a desqualificação da candidata à presidência:

(iv) Aécio: O que a Senhora pretende fazer, já que não apresentou ao Brasil um plano de governo, para controlar a inflação e fazer com que o Brasil volte a crescer?

Ao afirmar que a presidente não tem responsabilidade sobre o que acontece em seu governo, na primeira pergunta, Aécio, novamente, desqualifica a imagem da adversária, agora, como candidata a reeleição, pois afirma que esta não tem se quer um plano de governo, ou seja, há um discurso desqualificador presente em suas perguntas demonstrando para o eleitorado que não há credibilidade na figura de Dilma para assumir um cargo tão importante na política nacional. Neste momento, ainda é utilizado como argumento de autoridade para avaliação feita à candidata o comentário do atual secretário de política econômica do seu governo sobre como o governo irá conter a inflação:

(v) Aécio: o seu secretário de política econômica disse que existe uma alternativa “deixa-se de comer carne, para se comer ovo”.

Na última pergunta do primeiro bloco, feita pela candidata Dilma Rousseff, é percebido claramente durante a comparação feita pela candidata a construção de um *de* dois *ethos*, um corrupto, do partido que Aécio representa, PSDB; e um não- corrupto, do partido ao qual a candidata representa, PT. Apresentando uma visão maniqueísta (corruptos/ não-corruptos), positivamente do sujeito político e negativamente do seu adversário.

(vi) Dilma: Candidato, ao contrário de vocês, nós fazemos concursos, ao contrário de vocês, nós não nomeamos sem concursos...

Ainda na mesma pergunta, Dilma refere-se a uma possível denúncia de nepotismo ligada ao candidato:

(vii) Dilma: Candidato, eu nunca nomeei parentes para cargos de governo. Eu gostaria de saber também se o Senhor nunca fez a mesma coisa? Responda candidato?

A candidata coloca o candidato diante de uma situação bastante provocativa de um ato que é considerado crime em nosso país, o nepotismo, gerando assim uma situação conflituosa que deixa o interlocutor bastante apreensivo ao responder. Nesta situação o candidato é colocado diante de uma infração incontestável o que gera até uma incapacidade de explicar-se diante do público.

No segundo bloco do debate, Aécio Neves interpela a candidata sobre o aumento do número de mortes de violência entre os jovens no Brasil e de que forma ela irá tentar diminuir esta criminalidade:

(viii) Aécio: De que forma, candidata, a Senhora pretende ser mais solidária, permitir que o governo federal apoie os estados e municípios no enfrentamento contra a criminalidade?

Percebemos que Aécio coloca a candidata como apática diante da situação crítica discursivamente discutida. Imputando-lhe assim um *antiethos* de conivente, pois mesmo com seu atual cargo de presidente não contribui para a solução deste problema.

Outra frase bastante utilizada na maioria das perguntas feitas pelo candidato foi:

(ix) Aécio: Vamos elevar o nível do debate candidata!

Mais uma vez o candidato desqualifica sua oponente com uma frase que a denota como uma candidata que só está ali para debater ofensas, intrigas e que seu discurso não se pauta em discutir sobre questões relevantes para os telespectadores/ eleitores.

Na pergunta seguinte observamos uma que Dilma Rouseff percebe que sua credibilidade foi afetada diante da pergunta feita por Aécio Neves e continua a falar sobre a violência no Brasil:

(x) **Dilma:** *Vou continuar com essa questão de segurança. Considero candidato, que é muito importante que o governo federal deixe de ser complementar e passe a ser estratégico na questão da segurança pública, nos tivemos uma ótima experiência durante a Copa, nos doze estados, construindo organizações e coordenações de combate conjunto, tanto é que conseguimos isso durante a Copa e depois da Copa estamos fazendo operações articuladas... uma associação efetiva entre as forças das polícias militares, o exército e também as outras forças armadas... A polícia federal e a polícia rodoviária federal, modificamos a prática sistemática que era de estar ausente, o governo federal ausente do confronto do combate. Hoje, considero, eu acredito que só essas polícias articuladas nós venceremos o crime.*

Percebemos que a pergunta de Dilma está sendo utilizada para ela explicar a situação de descrédito na qual foi colocada durante a pergunta feita anteriormente por seu adversário. Conforme Charaudeau (2006, p. 126) quando a credibilidade do sujeito é afetada por questionamentos dos adversários, o político é “levado a produzir um discurso de justificação de seus atos ou a emitir declarações para se inocentar das críticas ou das acusações que lhe são dirigidas”.

No início do terceiro bloco e último bloco a primeira pergunta é da candidata Dilma Rouseff, esta pergunta, talvez, tenha sido a mais polêmica de todo o debate, pois a candidata utiliza-se de um subentendido para desqualificar a imagem de seu adversário a partir de um fato polêmico no qual o mesmo se envolveu e que de ordem pessoal:

(xi) **Dilma:** *Candidato, todos os anos 40 mil pessoas morrem e outras centenas de pessoas sofrem consequências por acidentes de trânsito, muitos desses acidentes ocorrem porque há motoristas dirigindo embriagados ou drogados. Em 2012, eu sancionei a Lei Seca que punia com dureza todos aqueles que causassem ferimentos ou mortes sob o uso de drogas ou álcool. Candidato, eu queria saber o que o senhor acha e como o senhor vê essa questão da Lei Seca e se todo cidadão que for acionado, que for solicitado deve se dispor a fazer exame de álcool e droga?*

Nesta pergunta, a candidata opta pelos “não ditos”, até mesmo para não ser construído um *antiethos* dela própria (de caluniadora, mentirosa), deixando para a dedução do telespectador/eleitores sentidos implícitos na pergunta.

Na última pergunta do debate, que é feita pelo candidato Aécio Neves, é mais uma vez utilizada a estratégia de desqualificar o discurso de sua adversária:

(xii) Aécio: Candidata Dilma Rousseff, todos nós temos nossa formação, famílias de brasileiros diferentes, aqui estão nos ouvindo hoje, de credos diferentes. A senhora no último debate do segundo turno disse o seguinte: “não acredito que tenha alguém acima da corrupção”... “todo mundo pode cometer corrupção”. Será que é isso que a presidente da república tem a ensinar aos brasileiros, candidata? Honestidade, responsabilidade para com os nossos atos e daqueles que nós nomeamos é algo essencial para quem queira fazer vida pública, candidata. A senhora terceiriza sempre as responsabilidades, portanto eu quero lhe dar a oportunidade de se desculpar com os brasileiros por essa afirmação, porque acredito que não tenha ninguém acima da corrupção.

Nesta pergunta Aécio tira a credibilidade da candidata com palavras pronunciadas por ela própria em debates passados. Como afirma Charaudeau (2006, p. 118) a credibilidade não está vinculada à identidade social do sujeito, mas é “o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo ‘digno de crédito’”.

Neste debate, observamos que ambos os candidatos se utilizaram de estratégias como a desqualificação e o maniqueísmo, instigando mais ainda aos seus eleitores a continuarem na participação das eleições, não somente como meros eleitores, mas como verdadeiros defensores dos candidatos à presidência, fato que foi o marco principal da enorme polêmica gerada nestas eleições.

Considerações finais

Quando há no mesmo espaço discursivo dois polos em torno dos quais se estruturam formações discursivas oponentes, a proporção é que posições se confrontem através do

discurso polêmico, polemizando no sentido de falsear a fala do Outro, desqualificar e utilizar de implícitos deixando margem para o público fazer suas próprias conclusões a partir da discursividade desenvolvida pelos adversários.

O discurso do Outro é desqualificado por meio da refutação. Além da refutação, os semas negativos utilizados pelos candidatos depreciam a imagem do seu oponente, que, por muitas vezes, se justificatentando reestabelecer sua credibilidade aviltada diante do público.

Por fim, vale lembrar que o limite do enunciável é dado por uma série de coerções discursivas e sócio-históricas que a todo instante se modificam diante dos fatos e polémicas que surgem, e que a construção desse discurso polêmico é regida pelas relações interdiscursivas próprias da formação discursiva eleitoral. Logo, a conjuntura de uma eleição para presidente da república exige constantes replanejamentos diante da cena enunciativa que se constrói.

Referências

BRANDÃO, H. Discurso e polémica num debate político. São Paulo: **Revista Inst. Est. Bras.**, 37: 129-143, 1994.

_____. **Introdução à Análise do Discurso**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2002.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.

DOLZ, J; SCHNEUWLY, B. **Pour un enseignement de l'oral. Initiation aux genres formels à l'école**. ESF Editeur, Paris, 1998.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1972.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. São Paulo: Pontes, Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

OSAKABE, H. **Argumentação e discurso político**. SP: Martins Fontes, 1999.

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, A. C. (Orgs.). **Introdução à Linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, vl. 3, 2004, p. 353- 389.

SOUZA SANTOS, B. de. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1996.

Data de recebimento: 05 de junho de 2016.

Data de aceite: 27 de agosto de 2016.